



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao décimo nono dia do mês de novembro de 2014, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Direito o aluno **Bruce Henrique dos Santos Silva** tendo como título *"Controle Jurisdicional das políticas públicas e a (ir)responsabilidade do Estado pelo combate ao trabalho escravo contemporâneo"*.

Constituiu a Banca Examinadora os professores Me. Arthur Ramos do Nascimento (orientador), Me. Taciana Mara Correa Maia (examinadora) e o Dr. Helder Baruffi (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

**Arthur Ramos do Nascimento**  
Mestre – Orientador

**Taciana Mara Correa Maia**  
Mestre – Examinadora

**Helder Baruffi**  
Doutor – Examinador



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**  
**Curso de Direito - FADIR**

**BRUCE HENRIQUE DOS SANTOS SILVA**

**CONTROLE JURISDICIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A  
(IR)RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELO COMBATE AO  
TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO**

**Dourados - MS**  
**2014**



**BRUCE HENRIQUE DOS SANTOS SILVA**

**CONTROLE JURISDICIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A  
(IR)RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELO COMBATE AO  
TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito, sob a orientação do(a) Prof.(a) Me. Arthur Ramos do Nascimento.

**Dourados - MS  
2014**

**Dedico a todos aqueles que ainda têm fé. Que acreditam que o direito é o instrumento ideal para qualificar a existência dos homens na terra. Que a justiça é o objetivo do direito. Aqueles que creem na liberdade e na igualdade de oportunidades, como fundamento da justiça, sem as quais não há direito, nem paz capaz de sobreviver.**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por cada dia que acordo para continuar lutando. Por cada passo que dou sob sua tutela. Pelos anjos a quem delega minha guarda.

A minha mãe, Zoraide, melhor exemplo de mulher guerreira, a quem devo a vida, a personalidade, a minha graduação e tudo que sou. A Deus, novamente, por ter me concedido a oportunidade de ser seu filho.

A UFGD e a Dourados, por terem me recebido de braços abertos. Pelo crescimento pessoal e intelectual proporcionado nos últimos anos. Obrigado pela oportunidade, foi um prazer.

Ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pela oportunidade de estagiar em suas estruturas, com os mais habilidosos operadores do direito, com quem tive o prazer de aprender e me inspirar.

Aos amigos do 2º Ofício de Jales, minha terra natal, que em tempos nebulosos de vestibulando me ajudaram a descobrir minha paixão pelo Direito. Verdadeiros amigos e excelentes profissionais, cujas lições faculdade alguma poderiam fornecer de forma tão afável.

Meus agradecimentos, de forma especial, aos demais membros do “Órgão Colegiado”, meus melhores amigos: João, Karina (presidente), Jaqueline e Bruno. Minhas lágrimas secam mais rapidamente minhas chagas doem menos quando encontro em vocês meu porto seguro. Que com o tempo eu não perca a direção do cais onde vocês se encontram.

Do mesmo modo agradeço à Gleice, pela amizade que remonta a pré-escola e persiste até a graduação. Eis um exemplo de amizade que o tempo não esgota.

Ao Centro Acadêmico Águia de Haia, que me tirou o sono muitas vezes, mas manteve minhas inquietações políticas e sociais sempre vivas. Mais que isso, por ter me dado a oportunidade de me aproximar de pessoas que hoje me são tão caras, a quem desejo todo o sucesso do mundo.

A X Turma e ao “Direito UFGD”, pelos grandes amigos que me proporcionou. Pessoas que espero ter a honra de encontrar na vida profissional e o prazer de conviver pessoalmente. Que os tratamentos protocolares não nos impeçam de ver, uns nos outros, companheiros dessa longa jornada.

A minha família, sustentáculo de toda minha formação moral, emocional e material. Ao meu pai, Daniel, com muito amor. As minhas avós Maria Rosa e Adelina, a última que partiu do mundo terreno há pouco, mas cujo o amor e carinho jamais será olvidado.

Agradeço aos grandes mestres com quem tive o prazer de aprender dentro e fora de sala de aula. Em especial aqueles que me inspiram, por não desistir da educação pública de qualidade.

Ao meu orientador, Professor Arthur, que enquadra-se na categoria dos que inspiram pela dedicação. Obrigado por me aceitar, por me fornecer suporte e auxílio na realização da presente monografia.

*Do arco que empurra a flecha,  
Quero a força que a dispara.  
Da flecha que penetra o alvo  
Quero a mira que o acerta.*

*Do alvo mirado  
Quero o que o faz desejado.  
Do desejo que busca o alvo  
Quero o amor por razão.*

*Sendo assim não terei arma,  
Só assim não farei a guerra.  
E assim fará sentido  
Meu passar por esta terra.*

**(Arco e flecha, Marina Silva)**



## RESUMO

Com escopo de analisar a relação entre a responsabilidade do Estado pela realização de políticas públicas e a possibilidade de intervenção judicial a cerca delas, a presente monografia discorre a cerca dos institutos jurídicos que permeiam a relação entre direito e política pública, tendo como vetor o trabalho escravo contemporâneo. Disserta-se sobre as mudanças sócio-jurídicas em termos de responsabilização do Estado, bem como sobre o constitucionalismo atual. Nesse caminho são estudados os elementos básicos que compõem os vínculos entre Estado, cidadão e constituição a vistas de fazer uma análise conjuntural sobre o cenário brasileiro de exploração de mão de obra escrava. Contrastando com o desenvolvimento do ordenamento jurídico pátrio algumas teorias utilizadas para negação de direitos fundamentais sociais e como o Judiciário as tem enfrentado na consolidação dos direitos constitucionais de cidadania. Tratou-se, por fim, de fazer uma análise do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, das políticas públicas adotadas para seu combate e concluir elaborando um paralelo crítico sobre a ineficácia de tais políticas e a responsabilidade do Estado pela manutenção do trabalho escravo no país

**PALAVRAS-CHAVE:** Responsabilidade do Estado - Políticas públicas - Constitucionalismo - Trabalho escravo contemporâneo.

## **ABSTRACT**

In order to analyze the relationship between the State's responsibility for conducting public policies and the possibility of judicial intervention about them, the present monograph discusses the juridical institutes that underlie the relationship between law and public policy, using as a vector the contemporary slave labor. Discoursed about socio juridical changes in terms of State's responsabilization, as well as the current constitutionalism. In this way, we observe the basic elements that make up the links between the State, citizen and constitution, objectifying an analysis of the Brazilian scene of exploitation of slave labor. In contrast to the development of the national legal system, some theories are used to deny fundamental social rights and the judiciary has faced in the consolidation of the constitutional rights of citizenship. In the end, it is discussed doing a brief analysis of the contemporary slave labor in Brazil and the public policies adopted for its combat to conclude developing a parallel critical analysis about the ineffectiveness of such policies and the State's responsibility for the maintenance of slave labor in Brazil.

**KEYWORDS: State's responsibility - Public policies - Constitutionalism - Contemporary slave labor**